

MICHEL FOUCAULT: uma crítica historiográfica em *a Arqueologia do Saber*

Eduardo de Melo Salgueiro
Mestrando em História – UFGD

RESUMO: Este trabalho tem por objetivo realizar uma análise sobre as principais críticas apontadas pelo filósofo francês Michel Foucault em sua obra *A Arqueologia do Saber*, publicada em 1969, de onde repercutiu algumas das mais ácidas críticas em relação às ciências humanas e conseqüentemente à historiografia no século XX. Para isso, apresenta-se de maneira sucinta ao leitor como se deu a trajetória da vida acadêmica desse intelectual francês, expondo as principais características da obra do autor e a importância de suas análises no âmbito das Ciências Humanas.

PALAVRAS-CHAVE: Arqueologia do Saber, historiografia, Michel Foucault.

ABSTRACT: This work has the objective to formulate an analysis of the principal criticism pointed by the French philosopher Michel Foucault in his work *The Archaeology of the Knowledge*, published in 1969, of where it echoed some of the most acid criticism regarding the human studies and consequently to the historiography in the century XX. For that, we present in succinct way to the reader how was the trajectory of the academic life of this French intellectual, exposing the principal characteristics of author's work and the importance of his analyses in the context of the Human studies.

KEY-WORDS: Archaeology of the Knowledge, historiography, Michel Foucault.

Paul-Michel Foucault¹ nasceu em 15 de outubro de 1926, na cidade de Poitiers, na França. Oriundo de uma família de médicos, seu avô era cirurgião; seu pai, Paul Foucault, foi um renomado médico cirurgião e professor de anatomia na escola de medicina, e projetava em Paul-Michel a continuidade das tradições familiares (que zelava pelo

¹ Sobre a vida e obra de Michel Foucault, são vários os estudos. Para um maior aprofundamento, indica-se: DELEUZE (2006); ERIBON (1990); DREYFUS & RABINOW (1995); KREMER-MARIETTI (1977).

direcionamento dentro das áreas da medicina). A mãe de Paul-Michel era Anne Malapert, também filha de cirurgião em Poitiers (ERIBON, 1990:17).

Em 1946, Michel Foucault foi admitido pela Escola Normal Superior da Rua d'Ulm. Sua dissertação de licenciatura foi defendida em junho de 1949, conforme Eribon (1990) quando redige um trabalho sobre Hegel, orientado por Jean Hyppolite². Segundo Prado Filho (2006), Foucault termina sua graduação em Filosofia e habilita-se também em Psicologia Patológica pelo Instituto de Psicologia de Paris.

Foucault foi um intelectual de difícil categorização, ininterruptamente percorreu e estudou os mais diferentes objetos dentre as mais diversas áreas, surpreendendo por sua versatilidade e despreocupação em seguir linhas teóricas e metodológicas, ou como menciona Carlos Aguirre Rojas, "*Foucault é um desses intelectuais cuja leitura é ao mesmo tempo impossível de envasar dentro de uma única das diferentes ciências sociais hoje vigentes*" (ROJAS, 2000: 203).

A variedade de temas abordados por Foucault foram muitas vezes mal compreendidos e tratados com certa marginalidade pela academia da época, pois Foucault resolve estudar temas até então menos evidentes, tais como a loucura, os delinquentes, a sexualidade, os anormais, etc.

O autor acumula em sua produção bibliográfica obras de grande importância, tais como sua tese de doutoramento, *História da Loucura na Idade Clássica* (1961); *As Palavras e as Coisas* (1966); *A Arqueologia do Saber* (1969); *Vigiar e Punir* (1975); *A História da Sexualidade: A vontade de saber* (1976); *O Uso dos prazeres* (1984); *O Cuidado de si* (1984).

Dessa forma, apresenta-se neste artigo, algumas das discussões historiográficas em torno de Michel Foucault, enfatizando sua obra, *A Arqueologia do Saber*, evidenciando quais foram as suas principais críticas em relação à escrita historiográfica. Focaliza-se o período inicial de sua trajetória acadêmica, conhecido como *arqueológico*³. Para isso, faremos de antemão, uma breve abordagem em torno das principais correntes historiográficas que se apresentaram no século XX.

² Neste período, segundo Eribon, Foucault lia muito Freud, Hegel, Karl Marx, Heidegger, e descobria, aos poucos Friedrich Nietzsche, que mais tarde exercerá grande influência no seu pensamento.

³ Nossa abordagem se limita às análises empreendidas por Michel Foucault na sua primeira fase, a arqueológica. Costumeiramente alguns estudiosos costumam dividir sua obra em três fases, sendo a primeira, arqueológica, iniciada com a *História da Loucura* em 1961 e terminada com a *Arqueologia do Saber*, no ano de 1969; a genealógica, que consiste no período da década de 1970; e por fim, a fase da ética, que corresponde aos dois últimos volumes da *História da Sexualidade*, isso, já na década de 1980. São condizentes com essa distribuição, autores como, Guilherme Castelo Branco, Luiz Felipe Baêta Neves (1998) e Roberto Machado (2006).

1) Correntes Historiográficas – breves considerações.

Falar sobre as principais correntes do século XX para o conhecimento histórico renderia por si só diversos trabalhos. O objetivo inicial é simplesmente apresentar algumas das características principais de alguns direcionamentos, tais como a escola metódica, o *Marxismo* e os *Annales*, de modo que façamos um breve balanço em relação às mudanças ocorridas nas décadas iniciais do século XX em torno da escrita da história.

A historiografia tradicional é entendida aqui como aquela iniciada em meados do século XIX e que se estendeu até o início do século XX, conhecida como escola metódica e que buscou, entre outras coisas, distanciar-se de um modelo de escrita historiográfica que estava atrelada ao romantismo de autores como Augustin Thierry e Jules Michelet (CLAIRE-JABINET, 2003). Desta forma, parafraseando Francisco Falcon (1997), o aparecimento de uma historiografia cientista representou também uma ruptura com a situação até então vigente, onde a história estava muito mais próxima de um gênero literário do que de uma ciência.

Além disso, a historiografia metódica estabeleceu um discurso que buscava dar um caráter, ou uma marca cientificista aos historiadores, afastando-os de um movimento que se assemelhasse do discurso literário. Para isso, uma característica dos metódicos, é a preocupação documental que o historiador deve ter em sua pesquisa de modo que isso permita ao mesmo dar uma característica acadêmica e científica ao seu trabalho. Assim sendo, tratava-se agora,

de uma historiografia erudita, exigente quanto ao método e atenta ao imperativo de deixar “os fatos falarem por si mesmos”. Seu material quase exclusivo eram as “fontes documentais” e, se o “objeto da história” continuava a ser problemático, cabia buscar na objetividade e nos rigorosos procedimentos do “método histórico” a garantia de cientificidade do conhecimento histórico (FALCON, 1997: 153).

Dadas estas características, convém salientar que os documentos pelos quais os metódicos se preocupavam em pesquisar eram fundamentalmente de cunho oficial, pois a veracidade do documento era um pressuposto primordial para a pesquisa e a credibilidade dos arquivos oficiais, e seus registros eram incontestes. O historiador ficava muito ligado a uma escrita oficial do Estado, tendo em vista o fato mais importante para nós que é o de que essa historiografia levou a supremacia da história política - narrativa, factual, linear - ao seu apogeu nos meios acadêmicos em geral (FALCON, 1997).

A busca incessante do estudo imparcial e objetivo frente ao subjetivismo e a paixão, a análise minuciosa de arquivos e documentos e a tentativa fiel em narrar o acontecimento

como tal aconteceu, fizeram com que a escola metódica obtivesse grande repercussão e importância no que diz respeito à profissionalização do historiador, e esta influência se manteve mais ou menos até os anos 30 (CLAIRE-JABINET, 2003).

Na medida em que a influência da geração metódica cresceu, as regras para a escrita da história acompanharam esse processo e os historiadores começaram a primar pelo uso irrestrito do documento (escrito). Isso significa que existia a necessidade de zelar pelo rigor metodológico e minimizar o uso da “paixão” nos textos produzidos, principalmente no que se refere aos documentos. É a *“prioridade do documento escrito, prioridade dos grandes homens e do acontecimento político, militar: no início do século XX, a história impõe seu estilo, método, objetos de estudo, seu rigor eletivo. Constitui-se em academicismo”* (TETART, 2000: 105). Em síntese:

A história nova é estritamente metódica. Em nome de um racionalismo total (...) Prega unicamente o estudo das fontes escritas: coleta dos documentos (heurística), crítica externa (data, autor, origem...), crítica interna (hermenêutica), resumo crítico, síntese e colocação em perspectiva dos dados. O método rompe com o aproximativo que dominava freqüentemente uma historiografia feita por inúmeros historiadores mais de coração do que de formação (TETART, 2000: 109).

Nesse caso, o grande objetivo dessa corrente era afirmar o profissionalismo contra o amadorismo, características que atrelassem o ofício do historiador a um ideal de cientificidade; reconstituir o passado por meio de documentos oficiais arquivados era a pretensão do historiador metódico. Nestes quadrantes a história parecia ser escrita de forma determinista, segundo seus críticos, pois *“o historiador positivista encerra-se numa torre de marfim, evita confrontar-se com a análise, recusa o poder da intuição, dos dados orais, etc. Em suma, evita confrontar-se com as indeterminações históricas”* (TÉTART, 2000: 100).

As primeiras críticas frente a esse esquema de pesquisa dos estudos históricos se deram no início do século XX, principalmente quando o francês François Simiand lançou sua obra *Método histórico e ciência social*; e posteriormente, com o aparecimento do movimento dos *Annales*, essas críticas foram intensificadas.

François Simiand discute e questiona com autores metódicos como Charles Langlois e Charles Seignobos, *“grandes defensores da história metódica e que questionavam as pretensões dos jovens cientistas sociais da época que buscavam uma renovação no âmbito dos estudos das ciências humanas, gerando assim um intenso debate na época”* (SILVA, 2005: 128). Criticando os metódicos, Simiand tentou demonstrar que a metodologia tradicional era falha pela sua obsessão em estudar os grandes feitos e “ídolos”, ou seja, uma história elitizada e oficial.

Simiand combatia a história que ele denominava de “historicizante”: método científico como meio e fim, cuja tarefa era estabelecer os fatos de acordo com as regras do método erudito de crítica e classificação das fontes. Ele combatia “os ídolos da tribo dos historiadores”: ídolo político (história eminentemente política), ídolo individual (os feitos dos “grandes homens”) e ídolo cronológico (mito das origens) (SILVA, 2005: 129).

Partindo dessa perspectiva, Simiand combate acintosamente essa maneira de escrever a história, pois não há necessidade de se construir ídolos para explicar todo o restante da sociedade. Esses indivíduos nada mais são do que meros coadjuvantes, e o contexto social em que vivem as pessoas é o que explica os fins dos acontecimentos.

Como menciona o Professor José Leonardo do Nascimento, na introdução do *Método histórico e ciência social*, o que Simiand procura demonstrar é que

Contra o estudo acantonado na história de um único país, de uma única nação, o autor propugna pelo método comparativo da ciência social, pela observação de um fenômeno social, abstraído pela análise do emaranhado factual, comparando-o com seus congêneres de outros lugares, culturas e nações. (NASCIMENTO, 2003: 21).

Dessa forma, as críticas ao modelo metódico avançam ao passo que nasce o movimento dos *Annales*⁴ sob forma de revista, no ano de 1929, sob o título de *Annales d'histoire économique et sociale*, empreendida por Lucien Febvre (1878-1956) e Marc Bloch (1886-1944) e que provoca grandes alterações na maneira de escrever a história.

Os *Annales* propõem o rompimento com a escola metódica, eles buscarão deslocar o objeto de pesquisa do historiador com o intuito de ampliar os horizontes de pesquisa, abandonando quase que inteiramente as pesquisas políticas e militares e dando mais ênfase as questões ligadas à economia e grupos sociais. Os *Annales* entendem que

Tudo é então objeto de história e problema. É dever do historiador conferir à sua ciência maior inteligibilidade falando da espessura e do tempo social, de seu movimento, e não mais somente de sua casca factual (...) Daí a atenção dos *Annales* para com todas as fontes que trazem ensinamentos sobre a história do cotidiano, da civilização material, das crenças, em suma, de tudo o que faz a sedimentação de uma cultura, de uma economia, de uma sociedade num dado tempo, num dado período (TETART, 2000: 111).

Outra grande preocupação dos *Annales* era retirar a história do seu isolamento disciplinar, abrindo, assim, possibilidades de interdisciplinaridade. Portanto, a idéia era abrir um leque de discussões com metodologias existentes em outras ciências sociais, tais como

⁴ Para um aprofundamento no estudo sobre os *Annales*, indicamos: AGUIRRE ROJAS (2004); AGUIRRE ROJAS (2000); BURKE (1997); DOSSE (2003).

a geografia ou a sociologia, com a intenção de promover uma diversificação, ampliação e enriquecimento dos estudos históricos, aliando-se às demais ciências.

O historiador Carlos Aguirre Rojas, aponta que essa busca incessante pela interdisciplinaridade realmente é parte integrante da história dos *Annales* de tal forma que provocava tanto reações positivas, quanto receosas

as posições variavam desde aqueles que consideram que o núcleo essencial do paradigma dos *Annales*, tal como eles próprios propuseram ao longo de sua existência, encontra-se justamente nesta peculiar relação entre história e ciências sociais – constituindo-se, em consequência, no grande mérito dos *Annales* a conquista da interdisciplinaridade -, até aqueles outros que entendem que um dos grandes riscos que a história enfrenta é precisamente o de perder definitivamente seus perfis específicos, ao ser cada vez mais assaltada e colonizada por dentro por outras ciências sociais (ROJAS, 2000: 183).

Paralelo ao movimento dos *Annales* e também inserido nele (mesmo que de maneira diminuta), existe, nos estudos em história, o desenvolvimento de uma escrita marxista⁵, que não poderia ser negligenciada, pois detém alguns dos conceitos mais utilizados pelos historiadores. Tétart faz um brevíssimo resumo do que vem a ser, de maneira geral o direcionamento histórico marxista, brevidade esta que dá um perfil um tanto quanto generalizante às suas considerações:

As histórias marxistas, e marxizantes inspiram-se no modelo histórico de materialismo dialético proposto por Marx e Engels. Tentando integrar a “totalidade” da história num sistema ideológico, o marxismo reduz Clio a uma “luta de classes” (motor da história), opondo de modo “perpétuo opressores e oprimidos”. Situada no âmago da história, a luta de classes, tornada conceito, (...) engendra um poderoso determinismo: sozinha, conjugada ao movimento histórico, ela faz a história. O acontecimento é abandonado (visto como consequência, acidente) e o homem não mais existe enquanto indivíduo e sim enquanto elo de sua classe social (TÉTART, 2000: 115).

Em linhas gerais, o marxismo entende que a história é condicionada pelas contradições sociais, ressaltando dessa forma, a importância das massas populares nos feitos históricos e creditando a elas o papel de agentes ativos no processo de construção da história. O destino do homem está ligado à anteposição estrutural e a dinâmica da classe social e do movimento econômico:

⁵ A análise feita no presente trabalho não pretende tratar em detalhes a historiografia marxista e suas tendências ou ramificações, já que o marxismo por si só é por demais complexo e sofisticado congregando com autores dos mais diversos posicionamentos, tais como Antonio Gramsci, Edward Thompson, Eric Hobsbawm, Louis Althusser, Perry Anderson, entre outros. Um interessante balanço sobre o marxismo pode ser encontrado em (ANDERSON, 2004).

(...) Marx concebe a estrutura de qualquer sociedade como constituída por dois níveis: infra-estrutura e superestrutura. A infra-estrutura é constituída pela base econômica de uma sociedade, ou seja, pela unidade das forças produtivas e das relações de produção. Já a superestrutura seria formada por dois níveis: o nível jurídico, composto pelo direito e Estado, e o nível ideológico, constituído por diferentes ideologias religiosas, morais, jurídicas, políticas, etc. Assim, a infra-estrutura seria a base que determina toda a estrutura social, suportando e constituindo a superestrutura, compondo, assim, a clássica metáfora marxista de um edifício onde a base econômica de uma sociedade fundamenta e determina os outros andares que a compõem, ou seja, a superestrutura (GARCIA & SOUZA, 2006: 4-5).

A historiografia marxista sedimenta-se, principalmente, na esfera da economia enquanto linha mestra para explicar as tensões sociais e os problemas que a sociedade enfrenta. Idealiza-se uma sociedade onde as desigualdades sucumbirão por intermédio da luta de classes

a ambição do marxismo é, então, a reunião num único movimento do pensamento dos enfoques genético e estrutural das sociedades; com efeito, trata-se de obter uma visão ao mesmo tempo holística (estrutural) e dinâmica (relativa ao movimento, a transformação) das sociedades humanas” (...) trata-se, mais exatamente, da concepção da verdade científica como limite absoluto a que tendem verdades relativas ou parciais cujo alcance maior ou menor depende do tipo de conhecimento histórico que permite a prática social de cada época ou fase. (...) o estudo das estruturas presentes, com a finalidade de orientar a práxis social relativamente a elas, conduz a percepção de fatores formados no passado, cujo conhecimento é útil para a atuação na realidade de hoje. Assim, a teoria marxista do conhecimento implica necessariamente uma vinculação epistemológica dialética entre presente e passado. (FLAMARION, 1997: 24-25).

Busca-se transformar radicalmente a ordem burguesa, invertê-la até alcançar o plano ideal: o socialismo; o comunismo. O papel da história, para o marxismo só fará sentido, se o historiador articular sua pesquisa numa esfera global, universal, e, além disso, onde se dá “a principal contradição dialética reconhecida pelo materialismo histórico marxista é a que se estabelece entre o homem (...) e a natureza, e se resolve no desenvolvimento das forças produtivas” (FLAMARION, 1997: 26).

Resumidamente entende-se que

(...) a história não pode ser explicada “cientificamente” senão a partir do momento em que ela tenha se convertido em verdadeira história “universal” ou seja, somente quando todas as histórias locais, parciais e isoladas de ontem (...) alcançarem sua verdadeira “unificação” em escala planetária (...) Terminam então as histórias paralelas, necessariamente particulares, do império romano, do povo chinês, da raça negra, dos fiéis do Islão ou das etnias ameríndias, para dar lugar ao nascimento e afirmação de uma só história humana, universal, planetária e estritamente global. É apenas a partir dessa história universal – moderna e recente criação da sociedade burguesa capitalista – que pode ser entendido, na

visão de Marx, o sentido profundo desta história do homem (...) (ROJAS, 2000: 46-7).

Em síntese, essas três correntes representaram e ainda desempenham importante papel na historiografia, e essa breve apresentação nos servirá de arcabouço para compreendermos as críticas efetuadas por Foucault, que serão apresentadas a seguir.

2) As críticas de Foucault.

Citados três dos modelos mais importantes para a historiografia do século XX (a escola metódica, os *Annales* e o marxismo), analisaremos as críticas efetuadas por Michel Foucault contra o modelo de escrita historiográfica ocidental até então vigente. É importante ressaltar que

(...) em todos os textos que vão partir de *As Palavras e as Coisas*. Uma *Arqueologia das ciências humanas*, até o artigo “Nietzsche, a genealogia, a história”, “Foucault se posicionará em relação à história, esclarecendo o sentido de seu projeto intelectual dentro do horizonte da produção historiográfica em curso. Assim, vai definir seu trabalho como um elo novo numa velha corrente” (ROJAS, 2000:308).

A historiadora brasileira Margareth Rago nos apresenta o furor causado por Foucault e a sensação que os historiadores tiveram ao receber críticas tão ácidas do filósofo francês

Indubitavelmente presos a um sistema de pensamento que nos havia organizado tão adequadamente o mundo, ao longo das décadas de 60 e 70, localizando de um lado, as classes sociais e os seus conflitos nas inúmeras formas assumidas pelas relações sócio-econômicas, vigentes no modo de produção dominante no interior de nossa formação social; e de outro, munindo-nos com as intrincadas tarefas teóricas da “síntese das múltiplas determinações” (...) nos agarrávamos à necessidade de organizar o passado, arrumando todos os eventos e os seus detalhes na totalidade enriquecida, embora pré-estabelecida. Trata(va)-se então, para o historiador, de compreender o passado, recuperando sua necessidade interna, recontando ordenadamente os fatos numa temporalidade seqüencial ou dialética, que facilitaria para todos a compreensão do presente a visualização de futuros possíveis (RAGO, 2005: 01).

Michel Foucault praticamente abandona grande parte dos postulados fundamentados pelas ciências humanas. Em todos os seus trabalhos, observa-se a tentativa de transgressão, seja na *História da Loucura* (obra em que o autor fez um estudo sobre a

desrazão e busca a experiência originária da loucura)⁶, ou a *História da Sexualidade*, (obra em que Foucault desmistifica a idéia de que o sexo só foi reprimido pela sociedade capitalista)⁷. O autor sempre pretendeu buscar novos caminhos, apresentar novas possibilidades para o *fazer* história.

Hayden White sintetiza em algumas linhas a proposta central descrita por Foucault na sua obra *As Palavras e as Coisas*

Foucault propõe substituir a história pelo que ele chama “arqueologia”. Com este termo, pretende ressaltar seu total desinteresse pela matéria-prima da história convencional das idéias: as continuidades, as tradições, as influências, as causas, as comparações, as tipologias, etc. (...) O interesse do historiador convencional pelas continuidades (...) é apenas um sintoma do que ele chama “agorafobia temporal”, uma obsessão pelos espaços intelectuais preenchidos (WHITE, 2001: 257).

Em *A Arqueologia do Saber*, Michel Foucault inicia seu texto mencionando que os historiadores começaram a dar uma preferência à longa duração há algumas dezenas de anos antes de 1970 (com os *Annales*), sobrepondo assim, suas pesquisas em relação aos tradicionais objetos da escola metódica, tais como os acontecimentos políticos e seus episódios

Foucault apresenta uma crítica da historiografia positiva e empirista, dessa história tradicional que em suas diversas variantes foi também confrontada por toda esta linha do pensamento crítico contemporâneo que se inaugura efetivamente com o projeto teórico de Marx, e que se prolonga de múltiplas maneiras e nos diferentes campos do saber sobre o social, na teoria crítica da Escola de Frankfurt, em certas variantes da psicanálise freudiana ou na mesma historiografia dos primeiros e segundos *Annales*, entre outros (ROJAS, 2000: 310).

Essas novas correntes, segundo Foucault, procuraram camadas sedimentares diversas; buscando romper com o tripé: biográfico, factual e político, dando margens a

⁶ *A História da Loucura na Idade Clássica* (1997) é uma clara crítica em relação à racionalidade ocidental, que se inicia, segundo Foucault, com Descartes. Ele critica essa consolidação do único caminho para a busca da verdade na ciência, a *razão*, que passa a ser compreendida como parte constitutiva da natureza humana. A loucura: foi colocada fora do domínio no qual o sujeito detém seu direito à verdade: esse domínio, para o pensamento clássico, é a própria razão. Por consequência disso, cria-se, a instituição designada a cuidar da loucura, este “empecilho” para o funcionamento das engrenagens da modernidade.

⁷ Foucault alerta que existe, no meio de toda essa repressão, um efeito *positivo* sobre o sexo, ou seja, ele não funciona somente em função da repressão. Não há possibilidades de se constituir mecanismos de dominação e normatização dos corpos e da sexualidade exclusivamente pelo intermédio da coerção. Existe a necessidade de libertar o saber sobre o sexo, e o *falar* sobre o sexo. Sendo assim, Foucault coloca no mesmo patamar, tanto aqueles que reprimem, quanto aqueles que ‘ouvem’ e ‘falam’ sobre o sexo como parte de um discurso de domesticação dos corpos.

novos objetos de pesquisas. Nesse ponto, pode-se notar que ele “*sente um grande interesse pela nova orientação dos historiadores dos Annales*” (DOSSE, 201: 212), nas palavras de Foucault:

(...) as sucessões lineares, que até então tinham sido o objeto de pesquisa, foram substituídas por um jogo de rompimentos em profundidade. Da mobilidade política às lentidões próprias à “civilização material”, os níveis de análise se multiplicaram: cada um tem suas rupturas específicas, cada um permite um corte que só pertence a ele; e à medida que se desce para as bases mais profundas, as escansões se tornam cada vez maiores. Atrás da história cheia de reviravoltas dos governos, das guerras e das fomes, desenham-se histórias quase imóveis ao olhar, - histórias com um suave declive: histórias dos caminhos marítimos, história do trigo, ou das minas de ouro, história da seca e da irrigação, história da rotação, história do equilíbrio (...) (FOUCAULT, 1971: 9-10).

É importante ressaltar que, por mais que haja uma diferença entre os Annales (que primavam por dar ênfase as grandes plataformas imóveis e lentas) e Michel Foucault (que defendia o *descontinuismo* e o jogo de rupturas), o filósofo vê na postura dos *annalistes*, uma mudança importante para o direcionamento da escrita historiográfica:

Foucault, presta uma homenagem, a esta consagrada escola histórica (Annales), na Introdução de *A arqueologia do saber*, uma postura historiográfica preocupada não mais em revelar e explicar o real, mas em desconstruí-lo enquanto discurso, e os Annales faziam isso (RAGO, 1995: 03).

O que isso quer dizer? Para Foucault, essa mudança se deu na análise do documento. Há, segundo ele, uma distinção que precisa ficar muito clara para o historiador, esta mudança deve residir entre o *documento* e o *monumento*. Se antes, os historiadores viam no *documento*, algo dado, pronto, factual, é preciso que se mude a postura, e que se questione o documento, nas palavras do autor:

Digamos, para resumir, que a história, em sua forma tradicional empreendia “memorizar” os monumentos do passado, transformá-los em documentos, e fazer falar estes traços que, por si mesmos, raramente são verbais, ou dizem em silêncio coisa diversa do que dizem; em nossos dias, a história é o que transforma os documentos em monumentos, e o que, onde se decifravam traços deixados pelos homens, onde se tentava reconhecer em profundidade o que tinha sido, desdobra uma massa de elementos que se trata de isolar, de agrupar, de tornar pertinentes, de estabelecer relações, de constituir conjuntos (FOUCAULT, 1971: 14).

Explicando de maneira mais sucinta, para Michel Foucault, a historiografia metódica é aquela que investiga e visa memorizar os monumentos, que são, nada mais do que, grandes feitos, eventos importantes, enfim, episódios do passado, de tal forma que, os

transformam em documentos oficiais (livros, textos, narrações, registros). A postura em relação ao documento deve ficar muito clara, este, deve ser “*organizado, recortado, distribuído, posto em séries, desconstruído*” (DOSSE, 2001: 213). A nova História deve, dessa forma, transformar os documentos em monumentos:

(...) poder-se-ia dizer, jogando um pouco com as palavras, que a história, em nossos dias, se volta para a arqueologia; para a descrição intrínseca do monumento(...) A história mudou sua posição acerca do documento: ela se dá por tarefa primeira, nem tanto interpretá-lo, nem tanto determinar se ele diz a verdade e qual é seu valor expressivo, mas sim trabalhá-lo no interior e elaborá-lo: ela o organiza, recorta-o, distribui-o, ordena-o, reparte-o em níveis, estabelece séries, distingue o que é pertinente do que não é, delimita elementos, define unidades, descreve relações. (FOUCAULT, 1971: 14-15)

Parafraseando Nicolazzi, (2002) pode-se indagar sobre quais seriam os documentos-monumentos construídos pela Arqueologia do Saber? Aonde o arqueólogo vai buscar analisar e constituir um novo status a esse documento? O próprio autor nos responde:

O discurso é constituído como objeto principal de análise, mas de uma forma muito particular. Aqui, os discursos, ou antes, as formações discursivas, são encaradas como campo de relação entre enunciados. Os enunciados, por sua vez, são as unidades elementares dos discursos. Assim, existem enunciados sobre a loucura que forma o discurso da psiquiatria, por exemplo. (...) Nesse sentido, embora de forma contínua aconteçam enunciados sobre a loucura, as regras de formação dos discursos se modificam com o tempo; são, pois descontinuas. (NICOLAZZI, 2002: 08).

O que verdadeiramente importa é saber como o discurso isola os temas, objetos e constituem os conteúdos. Portanto, o historiador deve analisar as formações discursivas, e localizar os objetos do saber sem se preocupar com o que é verdadeiro ou falso, condicionando-o a descobrir como se produzem os discursos de determinado período, como se formam as *epistemes*⁸ de uma época, ou então, “*o objeto do arqueólogo é o discurso, cujas unidades são os enunciados, que formam práticas discursivas que configuram o saber de uma época*”. (ARAÚJO, 2006: 02). Assim sendo, os discursos se organizam em conceitos, objetos, enunciações, segundo determinadas “estratégias”.

É para a descrição intrínseca do documento que é preciso se voltar, pois não existem enunciados neutros, eles tomam efeito numa prática discursiva, que produz, inevitavelmente a verdade, a ciência, digamos que Foucault questiona a superficialidade das

⁸ Cada época é caracterizada por uma configuração subterrânea (...) que torna possível todo o discurso científico, toda a produção de enunciados. Foucault designa-se este “a priori histórico” pelo nome de *episteme*: socacos profundos que definem e delimitam aquilo que uma época pode – ou não pode – pensar. (Ver: ERIBON, 1990: 194).

análises dos historiadores de até então, por isso, propõe que se façam estudos densos, de modo que se cave mais fundo para chegar às estruturas mais profundas.

Aliada à questão do documento, Michel Foucault enfatiza em suas obras, a noção *descontinuidade* em oposição às *continuidades*⁹. Nesse sentido, os caminhos guiados pelas continuidades são um empecilho para o estudo das rupturas, essa história contínua,

(...) é aquela que constitui o projeto de uma história global. É a busca da reconstituição do “rosto” de uma época, de suas continuidades, de sua evolução, de sua significação comum que constitui o desejo humano de controle sobre a vida na linha contínua e harmoniosa de sua história (...) (GONÇALVES, 2006: 08).

Dessa forma, a história deve apropriar-se do uso do ‘conceito operatório’ *descontínuo*, que não deve ser encarado como um obstáculo, e sim como elemento fundamental na escrita da história. Sendo assim:

(...) o grande problema que se vai colocar – que se coloca – a tais análises históricas não é, mais saber por que caminhos as continuidades puderam-se estabelecer, de que maneira um único e mesmo projeto pôde-se manter e constituir, para tantos espíritos diferentes e sucessivos, um horizonte único; qual modo de ação e em qual suporte implica o jogo das transmissões, das retomadas, dos esquecimentos e das repetições (...) o problema não é mais a tradição e do rastro, mas do recorte e do limite; não é mais o do fundamento que se perpetua e sim o das transformações que valem como o fundar e renovar das fundações (FOUCAULT, 1971: 12).

O que precisa ficar claro é que a história, segundo Foucault não é essa ordem progressiva de acontecimentos contínuos. O que verdadeiramente prevalece nela são as rupturas, as relações de força. É nas margens, nos avessos do que aparentemente está apresentado que deve ser dirigido o olhar do historiador, um exemplo muito claro sobre esse processo foi apresentado por Margareth Rago, quando ela diz que Foucault:

(...) ao ir buscar no final o século 18, onde todos celebravam a conquista da liberdade e dos ideais democráticos durante a Revolução Francesa, nada menos do que a invenção da prisão e das modernas tecnologias da dominação. Enquanto todos os olhares convergiam para a centralidade da temática da Revolução, Foucault deslocava o foco para as margens e detonava com a exposição dos avessos. A prisão nascia, assim, não de um progresso em nossa humanização, ao deixarmos a barbárie do suplício, mas muito pelo contrário, como resultado de

⁹ Segundo o Professor Jadson F. Garcia, são noções intencionais que justificam o tema da continuidade, tais como gênese, evolução, progresso, desenvolvimento, influência, necessidade, totalidade, espírito de uma época, mentalidade, devir, todos tributários de uma teleologia escatológica. É a suspensão destas noções que nos permite pensar a história do ponto de vista de sua descontinuidade. (Ver: GONÇALVES, 2006: 02).

uma sofisticação nas formas da dominação e do exercício da violência (RAGO, 1995: 02).

Sendo assim, “*procura-se agora detectar a incidência das interrupções, cuja posição e natureza são, aliás, bastante diversas*” (FOUCAULT, 1971: 10). A noção de progresso, de origem, de avanço, de espírito de uma época, é abandonada por Michel Foucault, e é nesse ponto que a *arqueologia* proposta pelo autor se diferencia da “história tradicional”, e a noção de *descontinuidade* pode ser encontrada na seguinte forma:

Para a arqueologia do saber os fenômenos simplesmente começam em pontos históricos particulares, não se originam em algum lugar que seria como o lugar próprio da sua verdade: um espírito de época, uma mentalidade coletiva ou uma consciência individual; numa única palavra, um sujeito. O tempo é uma sucessão de descontinuidades, de começos nos já-começados; não é o devir de um pensamento ou de uma razão que, desde a sua origem, se arrasta na evolução lenta e contínua do seu progresso (NICOLAZZI, 2002: 07).

É contra a história cronológica dos acontecimentos, de perfil teleológico, onde tudo se encadeia perfeitamente seguindo o rumo da perfeição, que Foucault se postula privilegiando uma história nova, argumentando que os acontecimentos e conseqüências dos mesmos não se distribuem da mesma forma.

Assim sendo, a história deverá, a partir de então, constituir séries, e séries de séries. Nas palavras de Foucault:

(...) definir para cada uma seus elementos, de fixar-lhes os limites, de descobrir o tipo de relações que lhe é específico, de formular-lhes a lei e, além disso, descrever as relações entre as diferentes séries, para constituir, assim, séries de séries, ou “quadros”: daí a multiplicação de estratos, sua obtenção, a especificidade do tempo e das cronologias que lhe são próprias; daí a necessidade de distinguir não mais apenas acontecimentos importantes (com uma longa cadeia de conseqüências) e acontecimentos mínimos, mas sim tipos de acontecimentos de nível inteiramente diferente (...) (FOUCAULT, 1971: 15)

Podemos observar, até o momento, três mudanças essenciais para o projeto de nova história imaginada por Michel Foucault. A primeira: a crítica do documento ou a inversão dos papéis entre *documentos-monumentos*. A segunda: reside na noção de *descontinuidade*, que passa a ter um novo postulado dentro desse processo, ou seja, passa a ser a prática essencial no discurso do historiador, e, conseqüentemente a essa *descontinuidade*, a história de *séries*. Todos esses postulados fazem parte de um projeto que é chamado por Foucault de *história geral*, contrapondo-se à *história global*, que até então, era escrita.

A história global deve ser esquecida, dando o seu lugar à história geral, que pode ser resumida da seguinte maneira: “*Foucault insistia na idéia nietzscheana de que tudo é histórico, e, portanto de que nada do que é humano deve escapar ao campo de visão e de expressão do historiador*” (RAGO, 1995: 03) Vejamos nas palavras do próprio autor como ele entende a história globalizante

O projeto de uma história global é o que procura reconstituir a forma de conjunto de uma civilização, o princípio – material ou espiritual – de uma sociedade, a significação comum a todos os fenômenos de um período, a lei que explica sua coesão (...) Tal projeto está ligado a duas ou três hipóteses: supõe-se que entre todos os acontecimentos de uma área definida, entre todos os fenômenos de que se encontrou o rastro, deve-se poder estabelecer um sistema de relações homogêneas: rede de causalidade que permita derivar de cada um deles relações de analogia que mostrem como eles se simbolizam uns aos outros, ou como exprimem todos um único e mesmo núcleo central; supõe-se, por outro lado, que uma única e mesma forma de historicidade prevaleça sobre as estruturas econômicas, as estabilidades sociais, a inércia das mentalidades, os hábitos técnicos, os comportamentos políticos, e submete-os todos ao mesmo tipo de transformação; supõe-se, enfim, que a própria história pode ser articulada em grandes unidades – estágios ou fases – que detêm em si mesmas seu princípio de coesão (FOUCAULT, 1971: 17).

Os postulados de uma história global cingem com todos os fenômenos dispersos para girar em torno de um único centro, um princípio, um significado comum a todas as coisas. Um exemplo da inversão deste processo se localiza quando Foucault empreende seus estudos em relação às redes de poderes da sociedade, que normalmente eram analisadas a partir de um centro, normalmente o Estado, em relação às outras camadas sociais. É justamente contra isso que a história geral deverá se postular, problematizando as séries, os recortes, os deslocamentos e as especificidades. Sendo assim, Foucault

colocou em destaque a relação entre as diferentes práticas sociais e a pluralidade e onipresença não do poder, mas dos poderes. A historiografia política passou a enfocar, nos anos 70, a Microfísica do poder, na realidade as infinitas astúcias dos poderes em lugares históricos pouco conhecidos dos historiadores - família, escola, asilos, prisões, hospitais, hospícios, polícia, oficinas, fabricas etc.; em suma, no cotidiano de cada indivíduo ou grupo social (FALCON, 1997: 118).

Todas as críticas descritas por Michel Foucault, tais como, o pensamento uno e centralizado; a noção de progresso; evolução; tudo isso incide sobre os historiadores abalando o sólido piso que até então estava fundamentado. Essas inovações propostas por Foucault, recaíram, inevitavelmente no suporte, no plano central das ciências humanas, ou seja, no *sujeito*, que agora está descentralizado, como menciona François Dosse, “o

desmoronamento da continuidade dos historiadores é o corolário necessário da descentralização do sujeito” (DOSSE, 2003: 273).

A história contínua é o correspondente imprescindível à função instituidora do sujeito, de modo inverso, a *descontinuidade* arqueológica é o questionamento desse sujeito, que ao mesmo tempo em que é sujeito que estuda, é objeto a ser estudado:

A descontinuidade arqueológica (...) é, por sua vez, o questionamento mesmo de uma história do sujeito, quer ela seja denominada progresso, quer ele seja definido enquanto razão. Ao deixar em suspenso esta categoria tão familiar à história tradicional, Foucault demonstra que, antes de um fundamento dos discursos, o sujeito é apenas uma posição ocupada por aquele que enuncia algo; é, por conseguinte, uma função do discurso. Do mesmo modo, ao rejeitar a linearidade das mudanças históricas, ele evidencia as transformações discursivas que possibilitam novas regras de enunciação. Em poucas palavras, esta arqueologia mostra que as condições de possibilidade de uma determinada história, apreendida no nível das transformações discursivas, não dependem de um sujeito (NICOLAZZI, 2002: 08).

A historiografia tradicional buscou a soberania do sujeito contra qualquer espécie de descentralização, como Foucault trabalha com as formações discursivas e observa o sujeito apenas como um mero objeto ou função do discurso, ele deve ser descentralizado de modo que se analise o discurso intrinsecamente, com o intuito de compreender como este sujeito está inserido aí. Conseqüentemente, o mal estar nas ciências humanas instaurou-se quando Foucault disse que, o *homem* (enquanto objeto de estudo do saber), também é uma criação da Idade Moderna, ou seja, “*não é, nem o mais velho, nem o mais constante problema do saber*”, ou então, “*trata-se de determinar em que altura apareceu, na cultura ocidental, a interrogação sobre o homem*” (ERIBON, 1990: 193). Nas palavras de Foucault:

Daí nasceram todas as quimeras dos novos humanismos, todas as facilidades de uma “antropologia”, entendida como reflexão geral, meio positiva, meio filosófica, sobre o homem. Contudo, é um reconforto e um profundo apaziguamento pensar que o homem não passa de uma invenção recente, uma figura que não tem dois séculos, uma simples obra de nosso saber, e que desaparecerá desde que houver encontrado uma forma nova (FOUCAULT, 2008: XXI).

Obviamente que essa análise em relação ao homem e ao desaparecimento do mesmo gerou inúmeras controvérsias e mal-entendidos em várias disciplinas das ciências humanas que perseguiram Foucault por toda a sua trajetória acadêmica. Gilles Deleuze, em entrevista concedida ao *Libération*, em 1986 deu sua explicação sobre como ele entendeu essa postura de Foucault em relação ao homem enquanto objeto de estudos, tentando clarificar e desmistificar essa idéia de ‘morte’ do homem. Deleuze diz:

Fizeram como se Foucault estivesse anunciando a morte dos homens existentes (...) ou ao contrário, como se ele marcasse apenas uma mudança no conceito de homem (...) Mas não se trata nem de uma coisa nem de outra. É uma relação de forças, com uma forma dominante que decorre dela. Sejam as forças do homem, imaginar, conceber, querer..., etc.: com que outras forças elas entram em relação, em tal época, e para compor que forma? Pode ocorrer que as forças do homem entrem na composição de uma forma não humana, mas animal, ou divina. Por exemplo, na Idade Clássica as forças do homem entram em relação com as forças do infinito, das 'ordens de infinito', de tal modo que o homem é formado à imagem de Deus, e que sua finitude é somente uma limitação do infinito. É no século XIX que surge uma forma-Homem, porque as forças do homem se compõem com outras forças de finitude, descobertas na vida, no trabalho, na linguagem (DELEUZE, 1992: 113-4).

O que precisa ficar claro é que Michel Foucault buscou em seus primeiros trabalhos desenvolver uma arqueologia do saber que servisse como suporte para a compreensão de como se deu a constituição histórica dos saberes sobre o homem. Ele tentou principalmente demonstrar que antes da época moderna, não havia um saber sobre o sujeito-homem.

Os objetos históricos assim como os *sujeitos* emergiam como efeitos das *construções discursivas*, ao invés de serem tomados como pontos de partida para a explicação das práticas sociais, o que ocorria era o contrário, como que se constroem os objetos e os sujeitos históricos. “*A determinação avançava sobre as possibilidades da ação e afastava-se assim de uma concepção humanista e antropológica dinamizada pela busca da Revolução*” (RAGO, 1995: 03).

Cabe ao historiador, revelar o objeto atravessando, escavando os discursos para chegar a quem dele, chegar às coisas, ao objeto. Nesse sentido, César Candiotto, resume em poucas linhas, a questão do sujeito ou o deslocamento do mesmo:

O mérito de Foucault foi ter apresentado o deslocamento do sujeito doador de sentido para o sujeito constituído pelo discurso a partir da perspectiva da história. Não é o sujeito que faz história; ele é constituído por ela, tem data de nascimento e está preste a desaparecer. A possibilidade do estabelecimento de uma idade para o homem se justifica porque a história arqueológica privilegia espaços de ordem descontínuos, deixando de lado a idéia de progresso da razão, de desvelamento da consciência.(CANDIOTTO, 2006: 08-09).

Daí percebe-se que, o projeto arqueológico empreendido por Foucault buscou modificar ou inverter inteiramente a própria definição do que é uma explicação de história. Ele intentou identificar, reconhecer nas formações discursivas de determinadas épocas, como se emergem determinados saberes, escavou os mais recônditos cantos de toda a sociedade na sua incessante busca, nas discontinuidades, para entender como foi que se deram a emergência das *coisas*.

Gilles Deleuze, em sua obra de homenagem póstuma a Foucault tentou, em poucas linhas sintetizar qual é, afinal, a busca ou o tipo de história empreendido pelo autor da arqueologia:

Ele não faz uma história das mentalidades, mas das condições nas quais se manifesta tudo o que tem uma existência mental, os enunciados e o regime de linguagem. Ele não faz uma história dos comportamentos, mas das condições nas quais se manifesta tudo o que tem uma existência visível, sob um regime de luz. Ele não faz história das instituições, mas das condições nas quais elas integram relações diferenciais de forças, no horizonte de um campo social. Ele não faz uma história da vida privada, mas das condições nas quais a relação consigo constitui uma vida privada. Ele não faz uma história dos sujeitos, mas dos processos de subjetivação, sob as dobras que ocorrem nesse campo ontológico tanto quanto social (DELEUZE, 2003: 124).

Suas críticas partiram para todos os lados da mesma forma que recebeu muitas delas, contudo, como ressalta Margareth Rago:

Foucault foi mal lido, mal escutado, mal compreendido, o filósofo foi soterrado por interpretações e críticas que invalidam seu aporte. Mais ainda, vários de seus conceitos e problematizações são incorporados à sua revelia nos estudos históricos, sem que lhe reconheçam os créditos” (RAGO, 2002: 54).

Aquilo que realmente importa nos estudos de Foucault reside no fato de que o autor propôs uma mudança no que concerne à escrita da história. Em vez de fazer uma história global, ele prefere e indica que o dever do historiador é escrever uma história geral que buscará, dessa forma, articular as séries que constituem o todo, e as séries de séries, respeitando as peculiaridades recusando “*o pensamento uno e central, Michel Foucault não visa, portanto, a síntese global e prefere os fragmentos do saber, as instituições e as práticas discursivas, que estuda como fenômenos isolados*” (DOSSE, 2003: 272).

Dessa forma, segundo Le Roy Ladurie, “*A introdução à Arqueologia do Saber é a primeira definição da história serial*” (LADURIE, apud, DOSSE, 2003: 272). As apropriações por parte dos historiadores, em relação às sugestões e críticas elaboradas por Foucault não fazem parte do projeto do presente trabalho, contudo, é inegável que Foucault tenha grande importância nos estudos historiográficos, pois “*foi com Foucault que tiveram início muitas das novidades que encantam ou irritam os historiadores*” (FALCON, 1997: 115).

Credita-se a Foucault, além de outros autores como Jacques Derrida, Gilles Deleuze, como alguns dos principais componentes do que convencionou se chamar de movimento “pós-moderno” ou “pós-estruturalista”, que emergiu com plena força nos

movimentos sociais da década de 1960 e que desencadeou uma série de discussões acerca do papel das ciências humanas e o rompimento desta para com o paradigma iluminista¹⁰.

Dessa forma, Michel Foucault, mesmo negando ser um representante de uma corrente filosófica, corroborou, utilizando-se principalmente de autores irracionalistas, como Nietzsche e Heidegger para algumas das principais mudanças empreendidas na escrita historiográfica.

Pode-se dizer que, pelo fato de ter formação em Filosofia e inicialmente ter transitado em áreas como a Medicina e a Psicologia, Michel Foucault teve dificuldades em ser bem recebido no âmbito da historiografia. Talvez pela grande dificuldade em encontrar seus pares, ou então, pelas suas ousadas investidas que, sobretudo, tinham como objeto central o pensamento filosófico, ou os sistemas de pensamento, ao que tudo indica, parece denotar que toda a sua obra foi direcionada para a investigação da seguinte questão: O que significa pensar?

Referências Bibliográficas

ANDERSON, P.; *Considerações sobre o marxismo ocidental / Nas trilhas do materialismo histórico*. São Paulo, Boitempo, 2004.

ARAÚJO, Inês Lacerda. *Formação discursiva como conceito chave para a arqueogenealogia de Foucault*. IN: MARTINS, Adilton L. e RAGO, Margareth. *Revista Aulas: Dossiê Foucault*. nº 3, p. 1*-24*, dez/2006; mar/2007.

BACH, Augusto. *Michel Foucault e a história arqueológica*. Tese (Doutorado). São Carlos: UFScar, 2006.

BRITTO, Fabiano de Lemos. *Caminhos do Esclarecimento: Genealogia do ethos moderno como projeto filosófico em Foucault*. . IN: MARTINS, Adilton L. e RAGO, Margareth. *Revista Aulas: Dossiê Foucault*. nº 3, p. 1*-13*, dez/2006; mar/2007.

BURKE, P. *A Escola dos Annales (1929-1989) a Revolução Francesa da historiografia*. Tradução: Nilo Odalia. São Paulo: UNESP, 1997.

CANDIOTTO, César. *Foucault e a crítica do sujeito da história*. IN: MARTINS, Adilton L. e RAGO, Margareth. *Revista Aulas: Dossiê Foucault*. nº 3, 1*-21*, dez/2006; mar/2007.

CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R. *Domínios da História. Ensaios de teoria e metodologia/* Ciro Flamarion Cardoso, Ronaldo Vainfas (orgs.) – Rio de Janeiro, Campus, 1997.

CARDOSO, C. F. *História e paradigmas rivais*. In: Ciro Flamarion Santana Cardoso; Ronaldo Vainfas. (Org.). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

¹⁰ Ver: (CARDOSO, C. F. S., 1997).

CARDOSO, Irene de Arruda Ribeiro. *Foucault e a noção de acontecimento*. Tempo social. Revista de Sociologia USP, São Paulo, v.1-2, n.7, 1995.

DELEUZE, Gilles. *Conversações*. Tradução de Peter Pál Pelbart. – São Paulo: Ed. 34, 1992.

DELEUZE, Gilles. *Foucault*. Ed. Brasiliense, 6ª ed. São Paulo, 2006;

DERRIDA, Jacques; FOUCAULT, Michel. *Três tempos sobre a História da Loucura*. Rio de Janeiro, Relume Dumará. 2001.

DREYFUS, H. e RABINOW, P. *Michel Foucault - Uma Trajetória Filosófica*, RJ: Forense, 1995;

DOSSE, F. *A história*. Tradução Maria Elena Ortiz Assumpção. Bauru: EDUSC, 2003.

DOSSE, François. *A História à prova do tempo: da história em migalhas ao resgate do sentido* - São Paulo: Editora UNESP, 2001.

DOSSE, François. *A História em Migalhas: dos Annales à Nova História*; tradução Dulce Oliveira Amarante dos Santos; revisão técnica José Leonardo do Nascimento. – Bauru, SP: EDUSC, 2003.

DOSSE, François. *Império dos sentidos: a humanização das Ciências Humanas*. São Paulo: EDUSC, 2003.

ERIBON, Didier. *Michel Foucault . 1926-1984*. Ed. Lisboa. Lisboa, 1990.

FALCON, Francisco. *História das Idéias*. In: *Domínios da História. Ensaios de teoria e metodologia*/ Ciro Flamarion Cardoso, Ronaldo Vainfas (orgs.) – Rio de Janeiro, Campus, 1997.

_____. *História e Poder*. In: *Domínios da História. Ensaios de teoria e metodologia*/ Ciro Flamarion Cardoso, Ronaldo Vainfas (orgs.) – Rio de Janeiro, Campus, 1997.

FERNANDES, Sergio Augusto Franco. *Hyppolite, Lacan e Hegel ou o Retorno a Freud*. Ideação, Feira de Santana, n. 4. p. 209-222, jul/dez, 1999.

FILHO, Kleber Prado. *A Psicologia como Disciplina da Norma em Michel Foucault*. IN: MARTINS, Adilton L. e RAGO, Margareth. *Revista Aulas: Dossiê Foucault*. nº 3, 1*-14*, dez/2006; mar/2007.

FOUCAULT, Michel. *A Ordem do Discurso*. Tradução: Edmundo Cordeiro e Antonio Bento. Ebook.

_____. *A História da Loucura na Idade Clássica*. 1997. São Paulo, Perspectiva.

_____. *A Arqueologia do Saber*. Editora Vozes, 1971 – São Paulo 1969.

_____. *As Palavras e as Coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. Tradução Salma Tannus Muchail. – 9ª ed. – São Paulo: Martins Fontes, 2008. – (Coleção Tópicos).

_____. *História da Sexualidade, vol. 1. A Vontade de Saber*. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro, Edições Graal, 17ª ed. 1988.

_____. *História da sexualidade, vol 2. O uso dos prazeres*. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque; revisão técnica de José Augusto Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro. Graal, 1984.

_____. *História da Sexualidade vol. 3. O Cuidado de Si*. Rio de Janeiro. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque; revisão técnica de José Augusto Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro. Graal, 1985.

_____. *Não ao Sexo Rei*. IN: *Microfísica do Poder*. Organização e tradução de Roberto Machado. – Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

_____. *Nietzsche, A Genealogia e a História*. IN: *Microfísica do Poder*. Organização e tradução de Roberto Machado. – Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

_____. *O Olho do Poder*. IN: *Microfísica do Poder*. Organização e tradução de Roberto Machado. – Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

_____. *O Nascimento da Clínica*. Ed. Forense Universitária. Rio de Janeiro, 2004. p. 216.

_____. *Vigiar e Punir – O Nascimento da Prisão*. Tradução, Raquel Ramallete. Petrópolis, Vozes, 1987.

GARCIA, Agnaldo. SOUZA, Eloisio Moulin de. *Um diálogo entre Foucault e o Marxismo: caminhos e descaminhos*. . IN: MARTINS, Adilton L. e RAGO, Margareth. *Revista Aulas: Dossiê Foucault*. nº 3, 1*-32*, dez/2006; mar/2007.

GONÇALVES, Jadson Fernando Garcia. *Foucault, a descontinuidade histórica e a crítica da origem*. IN: MARTINS, Adilton L. e RAGO, Margareth. *Revista Aulas: Dossiê Foucault*. nº 3, 1*-21*, dez/2006; mar/2007.

GUZZELLI, Iara. *O Conceito de Solo Epistemológico*. Cadernos de Filosofia, publicação do Centro de Filosofia do Instituto Sedes Sapientiae, Ano I, no. 1, 1994.

LUCARINY, José Guilherme Dantas. *A morte de Deus e a morte do homem no pensamento de Nietzsche e de Michel Foucault*. Rio de Janeiro — UERJ, 1998.

HUNT, Lynn. *A Nova História Cultural*. 2ª Ed. – São Paulo: Martins Fontes, 2001.

MACHADO, Roberto. *Foucault, a ciência e o saber*. 3ª. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2006. v. 1. 202 p.

_____. *Introdução: Por uma genealogia do poder*. IN: *Microfísica do Poder*. Organização e tradução de Roberto Machado. – Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

NASCIMENTO, José Leonardo do Nascimento. *Prefácio*. IN: SIMIAND, François. *Método histórico e Ciência Social*. Apresentação e tradução José Leonardo do Nascimento. – Bauru, SP: EDUSC, 2003.

NEVES, L. F. B. (Org.) ; BRANCO, G. C. (Org.) . Michel Foucault: da Arqueologia do saber à Estética da existência. 1. ed. Rio de Janeiro / Londrina: Nau / CEFIL, 1998. v. 1. 236 p

NICOLAZZI, Fernando. *As histórias de Michel Foucault*. Klepsidra. v. 2, n. 12, 2002.

RAGO, M., ORLANDI, L. & VEIGA-NETO, A.: *Imagens de Foucault e Deleuze: ressonâncias nietzschianas*. RJ: DP&A.

RAGO, Margareth. *O Efeito-Foucault na Historiografia Brasileira*. Tempo Social; Rev. Sociol. USP, p. 67-82, outubro de 1995

RODRIGUES, Mavi. *Michel Foucault Sem Espelhos: um pensador proto pós-moderno*. Rio de Janeiro: UFRJ/ESS, 2006. Tese Universidade Federal do Rio de Janeiro, ESS.

ROJAS, Carlos A. Aguirre. *Os Annales e a Historiografia Francesa: Tradições críticas de Marc Bloch a Michel Foucault*. Maringá: Eduem, 2000a.

ROJAS, Carlos A. Aguirre. *Uma história dos Annales (1921-2001)*. Tradução de Jurandir Malerba. Maringá: Eduem, 2004.

SIMIAND, François. *Método histórico e Ciência Social*. Apresentação e tradução José Leonardo do Nascimento. – Bauru, SP: EDUSC, 2003.

TÉTART, Philippe. *Pequena história dos historiadores*. Tradução Maria Leonor Loureiro. Bauru-SP: EDUSC, 2000b.

WHITE, Hayden. *Foucault Decodificado. Notas do subterrâneo*. IN: WHITE, Hayden. *Trópicos do Discurso: Ensaio sobre a Crítica da Cultura*. Tradução, Alípio Correia de Franca Neto. 2ª ed. São Paulo. Editora da Universidade de São Paulo. 2001.

Recebido em: 30/12/2008

Aprovado em: 02/02/2009